

Para reitores, cortes vão inviabilizar universidades

Por Ligia Guimarães | De São Paulo

Se não forem revertidos, os cortes já realizados no orçamento das universidades estaduais de todo o país tornarão impossível manter o cronograma de aulas em outras instituições, a exemplo do que acontece hoje na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), que decidiu não voltar às aulas por tempo indeterminado.

"Como tudo isso implica um gradativo sucateamento, no médio prazo vai inviabilizar o funcionamento das universidades, a exemplo do que está acontecendo no Rio", afirmou o presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Aldo Nelson Bona.

A principal queixa, diz Bona, que também é reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), do Paraná, é a falta de recursos para cobrir gastos de

custeio das universidades estaduais. Ele mantém contato diário com reitores de todo o país por meio de um grupo do WhatsApp

"Faltam os recursos para pagar material de limpeza, água, luz, telefone, serviços terceirizados de limpeza e vigilância, manutenção de laboratórios", afirma o reitor. Sem o pagamento dessas despesas, o trabalho acadêmico se torna muito difícil, afirma. "Não tem condições de fazer aula prática sem laboratório, sem manutenção de equipamentos", diz.

O presidente da Abruem destaca que os casos da Uerj e de outras instituições fluminenses são ainda mais graves que os de outros Estados, porque lá falta também o dinheiro para pagar salário dos servidores, que não recebem desde maio. Mas diz que, à exceção de poucos Estados, a situação é de "crise generalizada", já que as instituições dependem de fatia da arrecadação de suas unidades federativas, somada à captação

própria de recursos.

Na Unicentro, já foram suspensos os pagamentos de 40 bolsas de iniciação científica, 40 de iniciação à extensão e outras 96 bolsas de ensino, pagas com recursos próprios. "Cortamos também o subsídio à alimentação dos estudantes. Tínhamos um programa de R\$ 1,4 milhão", diz Bona.

O cancelamento da assistência a alunos de baixa renda já se reflete no aumento da evasão nas universidades estaduais, alerta o reitor. Historicamente estável em 20%, a evasão de alunos nessas instituições chegou a 30% no ano passado. Bona prevê que a escassez de recursos poderá desestimular jovens interessados na carreira acadêmica e na pesquisa.

"O desmantelamento das estruturas construídas ao longo de tanto tempo por toda a sociedade terá um impacto na formação do conhecimento", afirma.

Bolsas do CNPq têm recursos garantidos só até setembro

Por Ligia Guimarães | De São Paulo

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mário Borges Neto, disse que recebeu garantia do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab de que terá recursos para pagar bolsas até setembro. Em reunião realizada ontem, Borges Neto alertou o ministro que os recursos seriam insuficientes a partir do mês que vem. "Havia o risco de que, em não havendo descontingenciamento, termos que interromper o pagamento de bolsas e projetos que estão sendo financiados", disse Borges Neto.

Segundo o presidente do CNPq, a pasta garantiu o repasse de R\$ 100 milhões para o pagamento aos 100 mil bolsistas no mês que vem, referentes a agosto. Ainda não se sabe se haverá pagamento em outubro. "Dá para pagar setembro. Vai ser meio conta-gotas, é a nossa luta", afirmou, acrescentando que Kassab, no entanto, o deixou

otimista de que continuará negociando com o governo.

Questionado, Kassab afirmou ao Valor que "confia na sensibilidade econômica do governo. Assim como no ano passado, acredito que as verbas necessárias sairão". No fim de 2016, ano apontado como o "fundo do poço" pelo CNPq, o governo destinou de última hora R\$ 1,5 bilhão do programa de repatriação para o ministério, o que permitiu o pagamento de contas atrasadas. "Isso traz um estresse enorme para os bolsistas. E causa uma preocupação que leva à fuga de cérebros do país", lamenta o presidente do conselho.

O orçamento do ministério, que chegava a R\$ 10 bilhões em 2010, corrigido pela inflação, começou 2017 em torno de R\$ 6 bilhões, mas já caiu a R\$ 2,5 bilhões depois dos sucessivos contingenciamentos anunciados pelo governo. O primeiro, em março, baixou os recursos a R\$ 3,2 bilhões.

O segundo, anunciado em julho pelo Planejamento e que bloqueou

R\$ 7,4 bilhões do PAC, voltou a atingir a pasta. "É preciso lembrar que em 2010 a área de comunicações não estava incluída no orçamento do ministério. Agora, R\$ 700 milhões vão para comunicações", alerta o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich. Borges Neto, do CNPq, diz que o órgão vinha sendo preservado pelo ministro Kassab, apesar dos cortes. "Nós não havíamos cortado nada, interrompido nada. Só que agora alcançamos nosso limite de empenho", diz.

Davidovich afirma que enviou esta semana uma carta para Kassab, assinada em parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), questionando a situação das bolsas do CNPq. As entidades pediram complemento orçamentário de cerca de R\$ 500 milhões, que é o necessário para manter as bolsas. "Ciência é um investimento barato se comparar com os recursos que as descobertas da ciência trazem", diz o presidente da ABC.

Sem margem para 2018

Só despesa com Previdência vai subir R\$ 50 bi e consumir todo o limite do teto de gastos

-BRASÍLIA- Se encontrar uma solução para o drama das contas públicas em 2017 já é difícil para o governo, a situação de 2018 é ainda pior. Isso porque os técnicos precisam resolver dois problemas: cumprir a regra do teto para os gastos públicos (pelo qual as despesas só podem crescer com base na inflação do ano anterior) e a meta fiscal, fixada num déficit primário de R\$ 129 bilhões. O assunto precisa ser solucionado ainda este mês, quando a equipe econômica tem de enviar ao Congresso Nacional a proposta de Lei Orçamentária de 2018. Segundo os técnicos, o mais provável é que o governo precise combinar uma série de medidas de redução de despesas, como adiar o reajuste do funcionalismo, com um aumento da meta do ano que vem. Tudo isso precisará do aval dos parlamentares e mostrará com que força política o presidente Michel Temer saiu da votação da denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra ele por corrupção passiva.

De acordo com integrantes da equipe econômica, só o aumento das despesas com a Previdência Social será de R\$ 50 bilhões no ano que vem. Isso vai ocupar toda a margem de elevação de gastos

prevista no teto. Pelas contas do governo, a despesa de 2017 que serve de base para o aumento dos gastos em 2018 é de R\$ 1,253 trilhão. Considerando a inflação acumulada até junho de 2017 — usada como correção para as despesas pela regra do teto —, o aumento dos gastos só pode ser de R\$ 44,1 bilhões, ou 3,52%. Isso significa que, para assegurar outros desembolsos, a equipe econômica terá de fazer um corte extra no Orçamento de 2018.

É por isso que o governo quer, por exemplo, adiar o reajuste dos servidores para 2019, o que daria um alívio de R\$ 8 bilhões no ano que vem. Como se não bastasse esse problema, existe ainda uma forte frustração nas receitas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que tem os parâmetros para a elaboração do Orçamento, traz uma projeção feita com base numa inflação de 4,5% para o ano que vem. No entanto, o percentual ficará mais baixo, o que reduz a estimativa de arrecadação tributária. Além disso, a equipe econômica está tentando antecipar todas as receitas extraordinárias possíveis para fechar as contas de 2017. Assim, ou se encontram recursos para atingir a meta fiscal prometida ou se aumenta o rombo. — A Previdência consome todo o teto em 2018. Vamos ter que cortar gastos para conseguir cumprir a regra. Ao mesmo tempo, não há mais receitas extraordinárias, e a

inflação vai ficar abaixo de 4,5%, o que tem impacto sobre a arrecadação — admitiu um integrante da equipe econômica.

Para os técnicos, essa dificuldade torna ainda mais urgente a aprovação da reforma da Previdência sem que haja mais concessões no texto que já recebeu o sinal verde da comissão especial da Câmara que analisou o tema. O déficit da Previdência é crescente e deve fechar este ano em R\$ 188,8 bilhões. Além disso, há um rombo de R\$ 78,1 bilhões nos regimes próprios dos servidores federais e militares, o que eleva o saldo negativo com todos os regimes de aposentadoria da União para R\$ 267 bilhões. Mesmo diante dessa penúria, o governo terá de suar a camisa no Congresso para conseguir convencer os parlamentares a aprovarem alterações na política fiscal. Parlamentares afirmaram ao GLOBO que a equipe econômica terá de comprovar que esgotou todas as alternativas para obter receitas antes de receber o sinal verde do Legislativo para aumentar o tamanho do rombo fiscal de 2017, fixado num déficit primário de R\$ 139 bilhões, e o de 2018.

Por isso, o cronograma no Legislativo agora, depois de barrada a denúncia da PGR contra Temer, é tentar fechar um acordo já na próxima semana em torno da medida provisória (MP) do novo Refis. O texto foi alterado pelo relator,





deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), e, se for aprovado com essas mudanças, vai reduzir a arrecadação esperada de R\$ 13 bilhões para menos de R\$ 500 milhões em 2017. Também é preciso dar uma solução para a MP que trata da reoneração da folha. As mudanças feitas pelo Congresso no texto jogaram a arrecadação esperada este ano para 2018. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que já se posicionou contra a revisão da meta, afirmou: — A equipe econômica precisa me convencer de que a elevação da meta é inevitável.

É preciso ter um plano de ação para que o país volte a gerar superávit. O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, deputado Marcus Pestana (PSDBMG), disse que o partido vê com ressalvas a ampliação da meta fiscal. Ele contou que, durante as conversas sobre a LDO, a equipe econômica deixou claro que as metas de 2017 e 2018 estariam mantidas, como ficou no seu relatório, aprovado pelo Congresso. Segundo Pestana, o governo e a própria sociedade precisam se conscientizar de que a situação fiscal do país é gravíssima e que déficits sucessivos e elevados são insustentáveis: — A União só não virou um Rio de Janeiro porque tem capacidade de endividamento, o que o Rio não tem.

Mas isso tem um limite. Até quando os investidores estão dispostos a financiar o rombo do país? Ele afirmou ainda que, se o governo enviar ao Congresso meta superior aos R\$ 159 bilhões (rombo registrado em 2016), deixará claro que o Executivo não está se esforçando para melhorar a situação a cada ano.

ESTRATÉGIA PARA AS PRÓXIMAS VOTAÇÕES

Na terça-feira, haverá uma ampla reunião na casa de Maia, na tentativa de preparar o terreno para as propostas em votação (Refis e reoneração) antes que elas percam a validade. Segundo o vice-líder do PRB, Beto Mansur (SP), Temer almoçou com ministros e aliados ontem e ficou decidido que a equipe econômica vai tentar fazer um acordo com o relator do Refis e a bancada mineira para aproximar o texto da proposta original. Nesse meio tempo, o dever de casa dos líderes do governo é avaliar detalhadamente o resultado da votação contra a denúncia e traçar a estratégia para as próximas votações de interesse do governo.

Mansur admitiu que a maior preocupação do governo nesse momento é segurar a base. A avaliação é que ela tem de ficar

íntegra não apenas para aprovar as medidas mais urgentes, mas para tratar da agenda da reforma da Previdência e dos projetos necessários para o fechamento das contas de 2018, como o adiamento do reajuste do funcionalismo e o plano de demissão voluntária (PDV) para servidores. O líder do PSDB, Ricardo Tripoli (SP), disse que o partido continuará apoiando as reformas e medidas importantes para retomar o crescimento da economia, independentemente de ter votado rachado na denúncia contra o presidente.

Ele afirmou, no entanto, que o PSDB defende ajustes no texto da reforma da Previdência, como na idade mínima e em pontos relativos às pessoas com deficiência. — O governo ficou de nos encaminhar uma nova proposta, e estamos aguardando para que possamos nos posicionar — disse Tripoli, acrescentando que o texto, do jeito que está, não passa no plenário. Segundo ele, na próxima quarta-feira, a bancada vai se reunir para definir os próximos passos no Congresso em relação às reformas e o projeto de revisão da meta fiscal: — O PSDB não vai faltar ao Brasil. O importante é retomar o crescimento da economia e gerar empregos.





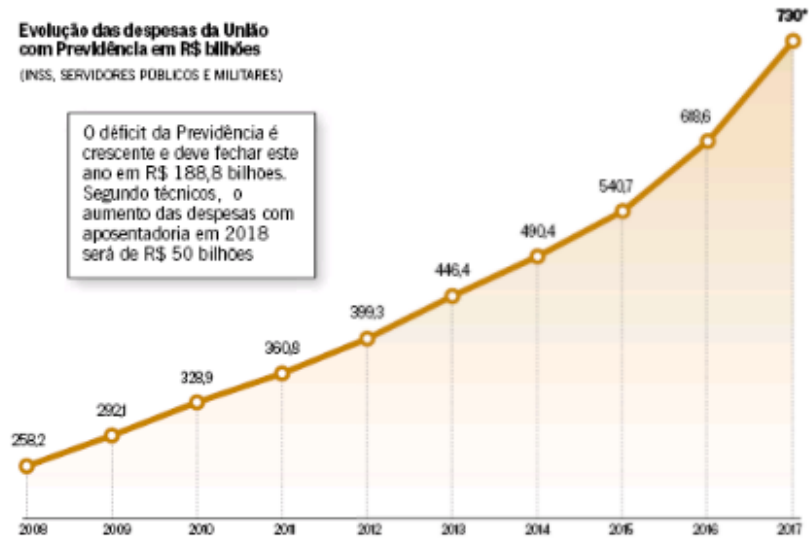
O PESO DA APOSENTADORIA

DIFICULDADE DE CUMPRIR META FISCAL TORNA AINDA MAIS URGENTE A APROVAÇÃO DA REFORMA

Evolução das despesas da União com Previdência em R\$ bilhões

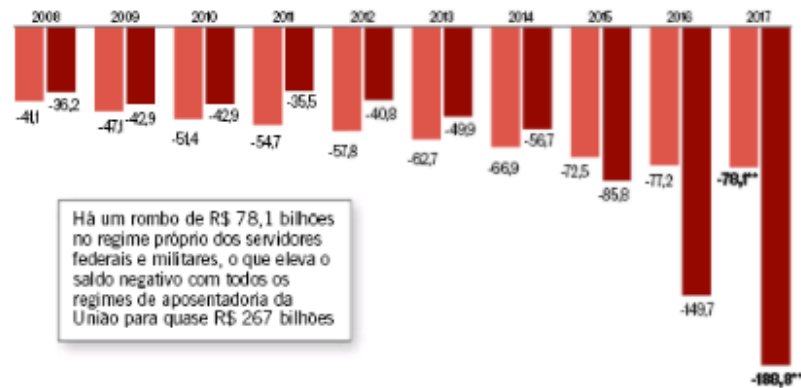
(INSS, SERVIDORES PÚBLICOS E MILITARES)

O déficit da Previdência é crescente e deve fechar este ano em R\$ 188,8 bilhões. Segundo técnicos, o aumento das despesas com aposentadoria em 2018 será de R\$ 50 bilhões



Evolução do déficit

■ REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES FEDERAIS E MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS ■ INSS



Há um rombo de R\$ 78,1 bilhões no regime próprio dos servidores federais e militares, o que eleva o saldo negativo com todos os regimes de aposentadoria da União para quase R\$ 267 bilhões

Fonte: Ministério do Planejamento (*) estimativa (**) previsto

Editoria de Arte

Meirelles espera ver reforma da Previdência aprovada em outubro

Para ministro, placar da votação de denúncia não é indicativo de derrota

Chico Prado, Ana Paula Ribeiro e João Sorima Neto

-São Paulo- A expectativa do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é que a reforma da Previdência esteja aprovada até outubro, tanto em votação no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Meirelles também admitiu ontem que trabalha com a possibilidade de aprovação da reforma tributária ainda em 2017. — A reforma da Previdência em outubro, e a tributária, idealmente também em outubro. Mas, se for em novembro, tudo bem — afirmou o ministro a jornalistas na saída de um seminário com investidores promovido pelo banco Goldman Sachs, em São Paulo, ontem.

Meirelles disse que o placar obtido na apreciação da denúncia de corrupção passiva feita contra o presidente Michel Temer pela Procuradoria-Geral da República (PGR) "não necessariamente" vai dificultar as negociações para as votações de reformas estruturais. Temer obteve o apoio de 284 deputados, com 263 favoráveis a barrar a investigação, 19 ausentes e duas abstenções. Para aprovar a reforma da Previdência, são necessários 308 votos na Câmara.

— Foi uma decisão específica (a votação de quarta) sobre um assunto específico, em que foi tomada a decisão clara a esse respeito, com o quórum demandado para aquela decisão. Agora, a reforma da Previdência é uma (decisão), a trabalhista foi outra, e depois teremos à frente a tributária. Cada uma delas é uma reforma que tem parlamentares favoráveis ou contra, dependendo do assunto. Acreditamos ainda, sim, na viabilidade da aprovação — argumentou Meirelles.

SEM PRESSÕES POLÍTICAS

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de políticos votarem contra a reforma da Previdência temendo a pressão popular em um período tão próximo das eleições, o ministro ponderou tratar-se de "uma questão de esclarecimento"! — Muitas vezes, em conversas com parlamentares, faz-se essa pergunta: o que vou dizer para meu eleitor quando eu for disputar eleição? A resposta é muito simples: é uma questão de opção. Derrotar a Previdência e as outras reformas pode levar o Brasil de volta a uma queda da economia, ao aumento do desemprego — afirmou Meirelles.

O ministro da Fazenda disse, ainda, que continua avaliando a evolução da receita para decidir sobre a possível mudança da meta

fiscal para este ano. A previsão atual é de um déficit de R\$ 139 bilhões. Meirelles evitou, no entanto, confirmar qualquer decisão nesse sentido e descartou novamente estar sofrendo pressões políticas.

— A proporção entre arrecadação tributária e crescimento da economia, tudo indica, deve começar a crescer. Além desses fatores pontuais que eu mencionei, como inflação voltando devagar para a meta, nós esperamos que a receita volte ao normal. Agora, estamos analisando isso, estamos monitorando a questão (de alteração da meta fiscal) diariamente. Quero dizer o seguinte: nossa avaliação é técnica, não é política. Eu não estou recebendo nenhuma pressão política — garantiu.

ANALISTAS VEEM FORÇA POLÍTICA

No mercado financeiro, analistas avaliam que a votação de quarta-feira mostrou que Temer terá força política para arquivar outras denúncias que ainda possam vir da PGR, o que reduz a incerteza no cenário político. — O placar favorável ao presidente Temer amplia a possibilidade de que as próximas denúncias da PGR também sejam barradas na Câmara, impactando de maneira favorável a governabilidade e, assim, permitindo ao presidente que possa avançar nas reformas





estruturais do país — avaliou Ricardo Gomes da Silva, superintendente da Correparti Corretora de Câmbio.

Mas, para o economista Sergio Vale, da MB Associados, será complicado aprovar uma reforma tão impopular junto à sociedade em período pré-eleitoral. Ele acredita que o governo conseguirá avançar na agenda de reformas microeconômicas, como a troca da TJLP (taxa de juros praticada pelo BNDES) pela nova TLP e a nova Lei de Falências, o que será positivo para as empresas. — Será complicado votar a reforma da Previdência tão próximo da eleição. Acho que o governo terá de fazer o que tem feito: aumentar imposto e revisar a meta de déficit, além de promover as microrreformas. A reforma da Previdência fica para 2019 — observou Vale, que acredita

que a reforma tributária teria mais chance de ser aprovada antes da previdenciária.

No mercado financeiro, os investidores aproveitaram ontem para embolsar os ganhos dos últimos dias. O Ibovespa, principal índice da B3 (ex-BM&FBovespa e Cetip), recuou 0,53% aos 66.777 pontos, depois de ter subido 0,93% na quarta-feira, apostando na vitória de Temer. Já o dólar manteve seu movimento de queda e encerrou cotado a R\$ 3,114, baixa de 0,22%.

Entre as ações mais negociadas, os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras recuaram 1,48%, a R\$ 13,31. Já os ordinários (ON, com voto) caíram 1,49%, a R\$ 13,82 — o petróleo do tipo Brent teve queda de 0,66%, a US\$ 52,01. A Vale também pressionou o índice para baixo, com recuo de 1,03% (PN) e 1,38% (ON).

Gastos opacos

Uma das despesas públicas que mais cresceram nos últimos anos não constou dos Orçamentos examinados pelo Congresso Nacional.

Trata-se dos subsídios, muitas vezes concedidos a grandes empresas, implícitos em financiamentos oficiais concedidos a juros inferiores aos de mercado.

Só agora, em razão da dramática situação das contas do Tesouro Nacional, o tema tem sido tratado com mais cuidado e transparência pelo governo. Estudo recente da Fazenda aponta que tais dispêndios saltaram de R\$ 22,8 bilhões, em 2010, para R\$ 78,3 bilhões no ano passado, em valores corrigidos.

Os contribuintes, mesmo os que se dispõem a acompanhar de perto as ações do governo, não sabem que arcam com custos tão altos —em 2016, quase o triplo do valor destinado ao Bolsa Família— e muito menos o destino do dinheiro.

As cifras, afinal, não são listadas entre os desembolsos dos ministérios ou da Presidência.

A conta, porém, não é por isso menos real: quando o Tesouro toma recursos aos juros escorchantes do país e empresta em condições favorecidas, o prejuízo se incorpora à dívida pública —configurando, pois, um gasto.

Parte expressiva da escalada dos subsídios opacos

está associada ao BNDES, cujos financiamentos se baseiam em uma taxa, a TJLP, fixada de modo arbitrário pelo governo em patamares inferiores aos dos títulos da dívida federal.

No ano passado, por exemplo, a TJLP foi mantida em 7,5% ao ano, enquanto os juros do Banco Central chegaram a 14,15%.

Sob forte resistência de setores empresariais e de políticos de pensamento intervencionista, uma medida provisória busca corrigir de forma gradual essa distorção. Pretende-se que a taxa do BNDES, a ser rebatizada de TLP, alinhe-se ao longo de cinco anos à remuneração dos papéis da dívida do Tesouro.

Argumentam os críticos da MP que a alteração encarecerá o crédito de longo prazo e afetará a competitividade das empresas. O país, por esse raciocínio, estaria abdicando da prerrogativa de realizar política industrial e de fomento.

São afirmações, no mínimo, questionáveis. A proposta não proíbe subsídios; estes, no entanto, devem ser concedidos diretamente pelo Tesouro Nacional, com dinheiro da arrecadação de impostos e nas dimensões explicitadas pela lei orçamentária.

E os juros brasileiros precisam cair, decerto, a patamares civilizados —para todos, não apenas aos que têm acesso ao banco oficial.

Sobre decentes e vagabundos

REINALDO AZEVEDO

Michel Temer não se deixou abater como um cordeiro. Sobreviveu, e bem!, à primeira porta estreita que lhe impôs uma forma sem dúvida peculiar de golpe. Os lobos estão chateados com o resultado. Há até os bobos que estão surpresos. Como me alinho com aqueles que acham que a política não é matéria nem para santos nem para demônios –o que exclui rituais sacrificiais–, o que vi foi o triunfo do real sobre projeções mentais pautadas ou pela ingenuidade ou pela má-fé.

A decepção em algumas áreas é compreensível. Afinal, certas vocações morais haviam vendido ou a seus fanáticos ou a seus clientes a lorota de que o presidente não resistiria. No fim de semana em que Temer viajou para a reunião do G20, há um mês, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi, na prática, nomeado presidente por setores da imprensa. Os mais afoitos já anunciavam seu ministério.

A política brasileira não é mesmo

algo de que devamos nos orgulhar. Mas esperem: será a qualidade de seus críticos muito superior? Então o governo cuidou de liberar algumas emendas parlamentares e de preencher cargos no segundo e terceiro escalões de olho no resultado da votação? Uau! Digam-me: dado o tal "presidencialismo de coalizão", quando é que se agiu de modo diferente? Vou mais longe: não vejo mal nenhum em que o parlamentar, em períodos assim, busque destravar ou liberar o "recurso X", a que tem direito, dada a cota orçamentária para tanto. É claro que aumenta seu poder de pressão. E de troca.

Uma troca que, se feita, é absolutamente legal e legítima. Ou que se proponha o fim da fatia orçamentária que cabe a parlamentares, não sem antes indagar se isso eleva ou rebaixa o teor de democracia da política brasileira. Eu acho que rebaixa. Com efeito, 39 dos 40 deputados da CCJ que votaram a favor de Temer tiveram empenhados –empenho ainda não é gasto!– R\$ 266 milhões em emendas

entre junho e as duas primeiras semanas de julho. Ocorre que os 25 que queriam mandar o presidente para o patíbulo foram contemplados com R\$ 135 milhões. Ao todo, em junho, o empenho ficou em R\$ 1,8 bilhão. A fatia do Orçamento para esse fim é de R\$ 6,3 bilhões.

Nesta quarta, diga-se, a estridente deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) vociferava contra Temer da tribuna. Mentiu sobre o passado ao afirmar que membros de seu partido deram a vida em favor da democracia –a mentira: não a "deram"; eles a dedicaram a uma ditadura comunista que não veio. E espancou o presente ao acusar o governo de comprar votos com liberação de verbas. Essa Alice é mesmo uma Rainha de Copas de araque!

Ela é uma das campeãs do "emendismo": R\$ 10,5 milhões. Acho pouco provável que o presidente tenha decidido comprar os seus insultos.





Será que Dilma Rousseff só caiu porque, moralista máxima, se negou a trocar recursos legais por apoio? Querem saber? Essa conversa não faz sentido. A votação desta quarta opôs, sim, dois grupos. De um lado, estão os que, a 14 meses da eleição, resolveram investir no baguncismo institucional, certos de que a confusão e as águas turvas lhes trarão benefícios que, de outro modo, não virão. Do outro, reúnem-se os que entendem que a deposição do presidente conduz à desordem e ameaça as próprias instituições. Na raiz, noto, está uma penca impressionante de ilegalidades cometidas por delator, procurador-geral e relator, o que resultou numa denúncia inepta.

Não estou aqui a delimitar os respectivos territórios dos bons e dos maus. Não sou Deus. Há gente que presta e que não presta em ambos os lados. Prefiro o grupo que reúne decentes e vagabundos que não ameacem a ordem democrática. "E que tal um mundo só com decentes, Reinaldo?" Ah, eu topo! O chato, e a história o prova à farta, é que os candidatos a líder desse mundo são sempre... vagabundos!

Uma sugestão: presidente, não hesite em empregar as emendas, dado o Orçamento impositivo, da Emenda Constitucional 86, em favor da reforma da Previdência. Os santos vão reclamar. São do pau oco.

As reformas começam pelo teto

Fernando Rezende

O prédio divide-se em dois blocos erigidos sobre a mesma estrutura. O bloco A é mais amplo e abriga cerca de dois terços dos moradores. O bloco B é bem menor e nele se espremem os moradores do terço restante. Há tempos se discute a necessidade de fazer uma grande reforma para promover um reordenamento do espaço e eliminar as disparidades que se acumularam na distribuição de seus ocupantes, mas não há acordo a esse respeito.

Na ausência de um entendimento sobre o escopo e a amplitude da reforma que se faz necessária, os responsáveis pela administração do prédio tomaram uma decisão que abrirá a oportunidade de realizar a reforma, que vem sendo postergada. O teto será rebaixado para forçar uma reacomodação. Com essa medida os administradores do edifício esperam provocar mudanças na convenção do condomínio para rever direitos concedidos à maioria, de modo a criar condições para equilibrar a repartição do espaço e harmonizar as condições de permanência no prédio.

Do que estamos falando? Da ocupação indevida de parte de um prédio abandonado no centro de uma grande metrópole qualquer? Não, estamos falando do edifício

que abriga o orçamento brasileiro, cuja ocupação corresponde à descrição acima. Nele, dois terços dos ocupantes adquiriram direitos que lhes concedem o usufruto de um espaço privilegiado que, na prática, dividiu o orçamento em dois blocos – o menor abriga os que não contam com garantias de ocupação.

A analogia com a reforma do prédio é útil para uma melhor compreensão, pelo público, dos efeitos da aplicação do teto para os gastos públicos estabelecido na Emenda Constitucional 95/16. Ao nivelar o teto para os gastos, o espaço que hoje abriga aqueles que dispõem de direitos assegurados sobre o orçamento não será suficiente e levará à gradual expulsão dos ocupantes do outro bloco, a menos que as normas que regulam os direitos de ocupação do espaço orçamentário sejam revistas.

Quais são os gastos que serão afetados pela restrição decorrente da imposição de um teto global para as despesas públicas? São os requeridos para prover os serviços indispensáveis ao equilíbrio no atendimento dos direitos sociais relacionados no artigo 6.º da Constituição federal e para sustentar os investimentos imprescindíveis à competitividade da economia e ao crescimento do País. Para evitar que os

desequilíbrios no atendimento dos direitos sociais continuem crescendo, e que o País siga amargando taxas de crescimento incompatíveis com seu potencial e com os justos anseios de melhores condições de vida da sua população, é que as reformas que estão sendo discutidas precisam ser realizadas.

O tempo é curto para evitar que aumentem as pressões para alterar a emenda constitucional que impôs o teto para os gastos, ou para arrefecer a disposição de evitar o renovado recurso ao aumento de impostos. Com a queda da inflação, o teto das despesas para os próximos anos tornará mais difícil acomodar a disputa pela ocupação do espaço orçamentário sem mudanças nas regras atuais que determinam sua ocupação.

O que provocou a necessidade de rebaixar o teto e quais as reformas necessárias para garantir a estabilidade e o equilíbrio na ocupação do edifício orçamentário? É preciso lembrar que ao longo do tempo o teto foi subindo pelo fato de a maioria dos ocupantes do bloco A disporem de um regime de financiamento que todos pagam, mas cujos recursos se destinam exclusivamente ao financiamento de suas despesas. Com isso a participação das outras fontes de recursos nas receitas do condomínio encolheu, limitando as





possibilidades de ampliação do espaço destinado aos ocupantes do outro bloco.

A reforma do regime de financiamento é, portanto, essencial para a correção dos desequilíbrios na ocupação do prédio. A adoção de um regime que trate todos igualmente torna viável a rediscussão das regras que determinam a ocupação ao propiciar que, anualmente, por ocasião da assembleia-geral que decidirá sobre a repartição dos recursos, surjam oportunidades para discutir as escolhas com o objetivo de buscar o equilíbrio no atendimento das necessidades de todos.

No contexto atual das discussões sobre os problemas fiscais do Brasil, o redesenho da ocupação do espaço orçamentário deve fazer parte dos debates sobre

a reforma tributária. A instituição de dois regimes tributários com finalidades distintas, adotada com a criação de contribuições exclusivamente destinadas ao financiamento da seguridade social, ajudou a ampliar a parcela destinada a uma parte dos ocupantes que se beneficiaram dessa decisão, expulsando a saúde e a educação para o outro bloco do prédio e contribuindo, ademais, para a destruição da qualidade do regime tributário e o desequilíbrio da Federação.

Está na hora de rever uma decisão que se mostrou equivocada. Ao abrir espaço para o crescimento das despesas que tratam do atendimento de parte dos direitos sociais assegurados a todos os brasileiros, ela acarretou grandes danos à sua população. De um lado, deu lugar ao retorno de

tributos que oneram pesadamente a atividade produtiva e encarecem o consumo de produtos e serviços essenciais, impondo um ônus maior à população de menor poder aquisitivo. De outro, contribuiu para reduzir as disponibilidades financeiras para atender aos direitos coletivos de acesso a serviços públicos fundamentais, para o acesso da nova geração de brasileiros a empregos de qualidade.

As propostas de reforma tributária que circulam na mídia são de fusão de todos os tributos que incidem sobre a produção e o consumo de bens e serviços, mas não tocam nessa tecla. Importa chamar a atenção para esse fato, até porque o avanço da reforma tributária pode beneficiar-se de ela ser reconhecida como importante para todos.

Comandante critica cortes no orçamento do Exército

Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, usou as redes sociais para criticar o aperto orçamentário que a força terrestre está sofrendo. A crítica foi feita ontem em seu perfil no Twitter. Segundo informações obtidas pelo Estado, os recursos hoje disponíveis nos caixas do Exército são suficientes para que se chegue apenas até o mês de setembro.

"Conduzo seguidas reuniões sobre a gestão dos cortes orçamentários impostos ao @exercitooicial. Fazemos nosso dever de casa, mas há limites", disse o general no microblog, ao falar sobre as dificuldades que a instituição está enfrentando e o grave contingenciamento de recursos que, segundo fontes militares, está praticamente paralisando os programas estratégicos do Exército, como o Sisfron, sistema de vigilância de fronteiras.

A principal queixa dos militares é de que o governo federal impõe seguidas missões ao Exército em todas as áreas, mas a equipe econômica não repassa os

recursos necessários para o desempenho dos trabalhos. A última delas foi no Rio, com uma nova ida de tropas para as ruas, para tentar oferecer segurança à população.

Foi assim desde o início do ano, quando o Exército foi chamado para fazer pelo menos quatro outras missões: varreduras em presídios quando houve guerra de facções nas cadeias no norte do País, no motim do Espírito Santo, quando a tropa federal foi para as ruas na época do carnaval e a Polícia Militar do Rio fez uma espécie de operação-padrão e, no mês de junho, quando foram chamados para ajudar na reconstrução de cidades atingidas por enchentes em Pernambuco.

Em todos os casos, os recursos, até hoje, não foram devolvidos à Força. Rio. Somente neste fim de semana, quando o Exército foi para as ruas no Rio, por ordem do presidente Michel Temer, que tenta reforçar a segurança pública do Estado, usando-a de vitrine para mostrar eficiência administrativa, a força gastou R\$ 5 milhões. Por dia, o emprego de cada brigada militar no Estado custa em torno de R\$ 1,2 milhão.

CONJUNTURA »

Meirelles quer reforma aprovada em outubro

Após vitória de Temer na Câmara, o ministro da Fazenda acredita que o governo tem condições de obter aval dos parlamentares para as mudanças nas regras de aposentadoria e nas leis tributárias. Analistas financeiros são cautelosos

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Depois da vitória na Câmara dos Deputados, o governo federal quer mostrar que tem força e cacife político para votar as reformas estruturais e outras medidas necessárias ao ajuste fiscal. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, espera que a reforma da Previdência seja aprovada pelo Congresso até outubro e a tributária, até novembro, mas a previsão não está em sintonia com o mercado. Analistas afirmam que o objetivo é possível, mas a concretização das ações esbarra na base aliada inconsistente e no ambiente político incerto.

O Planalto emplacou 263 votos favoráveis ao presidente Michel Temer na decisão que barrou a denúncia de corrupção contra o chefe de Estado. Os analistas divergem ao avaliar a demonstração de força do governo. Alguns acham que o Executivo demonstrou que ainda tem controle da base aliada,

mas outros veem o resultado como sintoma de que a influência de Temer está menor. Independentemente disso, os especialistas concordam que, com o apoio existente hoje, a reforma da Previdência não sai do papel.

Meirelles minimizou: “São decisões diferentes. Acreditamos, sim, na viabilidade de aprovação”, disse ele, após participar de evento em São Paulo. De fato, alguns parlamentares que votaram contra o presidente devem alterar o voto para aprovar a reforma previdenciária, mas os 308 votos necessários não são garantidos. André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, disse que a proposta está descartada por ora, mas que uma mudança nas leis da Previdência deve ocorrer até 2019. “Há a discussão de fazer uma mudança mais tímida, alterando-se o texto enviado pelo governo, para poder passar algo agora. Eu, particularmente, acho que não seria benéfica uma reforma malfeita”, afirmou.

Apesar da discussão, Meirelles disse que “não há margem” para mais mudanças no texto da reforma. Os ajustes feitos na Câmara reduzem em 25% o ganho fiscal inicialmente previsto, segundo ele. Os economistas esperam para ver se o governo tem condições de levar a reforma adiante. “O que objetivamente dá para ver é que o

governo tem maioria simples, mas está longe de ter uma maioria constitucional. O fatiamento da reforma pode vir a ser a estratégia do governo”, avaliou Evandro Buccini, economista da Rio Bravo Investimentos.

A reforma tributária nos moldes em que o mercado espera também está distante. Para fazer mudanças nas regras dos impostos, também seria necessário modificar a Constituição, com 60% dos votos nas duas Casas legislativas. “Mas também é possível passar vários pontos sem fazer uma PEC (proposta de emenda à Constituição). O governo vai precisar decidir isso”, disse Buccini.

Mesmo assim, o mercado mantém certo otimismo. Para os analistas, o cenário seria ainda mais incerto com o afastamento de Temer. Ontem, o dólar fechou em queda de 0,19% e foi para R\$ 3,11. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) caiu 0,53%, aos 66.777 pontos, influenciada por um movimento de correção após seguidas altas recentes. Os juros futuros também recuaram. As taxas com vencimento em janeiro de 2018 diminuíram dois pontos-base, para 8,18%. Já os contratos com vencimento em 2021 tiveram retração de seis pontos, a 9,14%.

“O movimento foi positivo, mas existe um porém. Temer se mostrou





forte, mas não tão forte para fazer essas votações”, alegou Perfeito. Por enquanto, o governo vai evitar tomar medidas que dependam da aprovação do Congresso. Meirelles disse que há um esforço do governo para fazer microrreformas que reduzam a burocracia e melhorem o ambiente de negócios. “É uma agenda bastante positiva, que mostra nossa disposição de continuar perseguindo as reformas”, afirmou.

Ajuste fiscal

Com as reformas incertas, o mercado prevê mudança da meta fiscal, que permite deficit de até R\$ 139 bilhões nas contas públicas neste ano. Ainda que timidamente, o governo mudou o discurso e não descarta a medida, mas Meirelles ainda reforça o compromisso atual. “Estamos analisando quais foram as razões da queda da arrecadação no primeiro trimestre, que gerou essa incerteza em relação à meta”, afirmou o ministro. “Estamos observando com muito cuidado e muita atenção para saber se são necessárias medidas adicionais”, declarou.

Renan Silva, estrategista-chefe da BullMark, disse que só o fato de o

governo cogitar modificar a meta é um ponto negativo, mas o mercado já está preparado para a alteração. Na visão do analista, o perigo está na percepção das agências de risco, que colocaram o Brasil em observação alerta para mais uma possível queda da nota de crédito. “As agências acabam olhando muito para o elemento fiscal e existe o risco de um novo rebaixamento, o que seria prejudicial para o país”, disse.

Teste

A primeira medida a ser submetida ao Congresso, após o bloqueio da denúncia contra Temer, será a apreciação da medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá a TJLP nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A MP 777 vai ser lida na próxima semana e pode ser votada na semana seguinte. A mudança procura diminuir os subsídios dos financiamentos do banco, ao reduzir a diferença entre as taxas pagas pelos títulos públicos e as cobradas nos empréstimos do BNDES. Hoje, a Selic está em 9,25%, enquanto a TJLP é de 7%.





Pós-denúncia

Os principais indicadores financeiros reagiram de forma positiva à decisão da Câmara de barrar o processo por corrupção contra o presidente Michel Temer

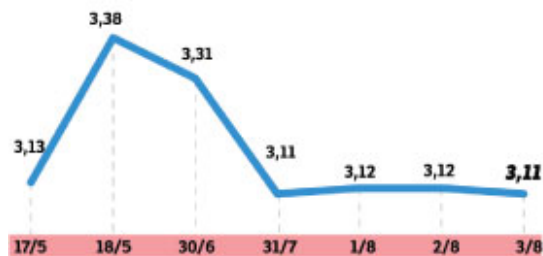
FÔLEGO

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou ao nível em que estava antes do vazamento da delação do empresário Joesley Batista, em maio passado (em pontos):



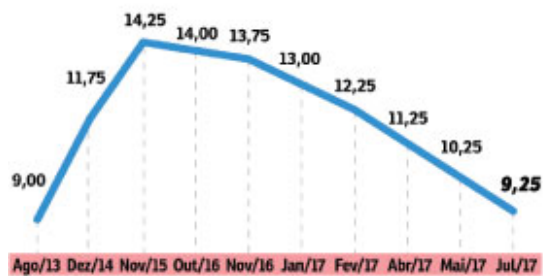
RETORNO ESPERADO

O dólar também voltou ao valor que tinha antes do escândalo político. A projeção do mercado é de que a taxa de câmbio termine o ano em R\$ 3,30 por dólar. Confira a cotação (em R\$):



EM QUEDA

A taxa Selic chegou, em julho, ao menor patamar em quase quatro anos e a tendência ainda é de queda, segundo o Banco Central (em % ao ano):



Fontes: B3 e Banco Central.



O Brasil na lanterna

ANNA RUSSI*

A economia brasileira continua na lanterna do ranking de crescimento econômico dos países da América Latina. Com um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 0,4% neste ano, o Brasil só está na frente da Venezuela, de Santa Lúcia e do Suriname, segundo estudo feito pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Nos últimos dois anos, a economia brasileira retrocedeu.

Para a América Latina, foi mantida a projeção de crescimento médio de 1,1%, após dois anos consecutivos de contração. Apesar dos riscos geopolíticos, a expectativa é de melhora dos preços das matérias-primas exportadas pelos países da região.

Além de destacar a importância das políticas macroeconômicas corretas para dinamizar o investimento e o crescimento de longo prazo, a pesquisa analisa os desafios para as mudanças

estruturais na região avançarem. A Cepal destacou que, para equilibrar a trajetória das dívidas e dos gastos governamentais, os investimentos públicos não devem ser restringidos. Uma solução seria separar o tratamento dado a investimento e a gastos correntes.

O relatório estima que, neste ano, todos os países da região, com exceção da Venezuela, apresentarão taxas positivas de crescimento do PIB. Para a América do Sul, a expectativa é de avanço 0,6%; para a América Central e o México, a expansão deve ser de 2,5%; já no Caribe de língua inglesa e holandesa, espera-se um aumento de 1,2%.

Alicia Barcena, secretária executiva da Cepal, explicou que é necessário criar políticas anticíclicas que se concentrem também em modificar características específicas que influem negativamente no crescimento e na estrutura produtiva dos países.

“Isso implica avançar em direção a marcos contracíclicos da política

fiscal, que defendam e promovam os investimentos público e privado. Trata-se de revisar as regras fiscais para que permaneçam como instrumentos pró-estabilidade, mas que sejam também pró-investimento. Esse marco fiscal deve ir acompanhado de uma política financeira de estabilização do crédito e de uma política monetária que apoie o crescimento do investimento e que vá além de instrumentos como a taxa de juros”, afirmou.

De acordo com a Cepal, a economia mundial deve ter expansão de 2,7% em 2017, e o volume do comércio mundial, de 2,4%, proporcionando maior nível de preços dos produtos básicos, fatores que afetarão positivamente o desempenho econômico da América Latina e do Caribe. Por outro lado, as condições do mercado de trabalho continuaram negativas. Para a região, a perspectiva é de que a taxa de desemprego urbano suba de 8,9% para 9,4% em 2017.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Ilan: cenário ainda é favorável

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou ontem, durante evento promovido pelo grupo Goldman Sachs, em São Paulo, que, até o momento, “as condições econômicas se mantiveram (favoráveis), a despeito do aumento da incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia”. De acordo com ele, esse cenário permitiu a manutenção do ritmo de recuperação gradual da economia, o comportamento benigno da inflação e a continuidade da queda de juros.

De acordo com o presidente do BC, a economia brasileira apresenta hoje maior resiliência “devido à situação mais robusta do balanço de pagamentos e ao progresso no processo desinflacionário e na ancoragem das expectativas”. Ele alertou, contudo, que “a continuidade dos ajustes e das reformas será importante para o equilíbrio da economia, com

consequências favoráveis para a desinflação, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável” da atividade econômica.

Embora o evento do Goldman Sachs tenha sido fechado à imprensa, o Banco Central publicou, em sua página na internet, os apontamentos feitos por Ilan no encontro. No discurso, ele retomou a ideia contida nos últimos documentos da instituição: a de que o fator de risco principal para a economia é a incerteza sobre a velocidade do processo de reformas.

Ele também repetiu a avaliação de que o cenário externo permanece favorável, embora haja riscos associados à normalização da política monetária, com elevação de juros, em algumas economias centrais.

O presidente do BC frisou que a extensão do ciclo de corte de juros dependerá de fatores conjunturais e

das estimativas sobre qual é a taxa de juros estrutural da economia brasileira, ou seja, aquela que permite à economia crescer sem gerar inflação.

“Essas estimativas continuarão a ser reavaliadas pelo BC ao longo do tempo”, observou. “Nesse sentido, a aprovação e a implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal e creditícia, e dos ajustes que mantenham as contas públicas em equilíbrio são fundamentais para a sustentabilidade da desinflação e para o funcionamento pleno da política monetária”, afirmou.

Ilan minimizou o impacto dos reajustes nos preços dos combustíveis e da energia elétrica sobre a inflação e, constantemente, sobre a política de juros. Segundo ele, “essas oscilações pontuais não têm implicação relevante para a condução da política monetária”.